

**CENARIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA BAHIA CONTEMPORÂNEA:
uma análise dos fatores determinantes a partir de uma metodologia de Painel de
Dados**

JADSON SANTANA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

CENARIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA BAHIA CONTEMPORÂNEA: uma análise dos fatores determinantes a partir de uma metodologia de Dados em Painel

Introdução

A violência é um fenômeno social e um mal público. E o recrudescimento desse fenômeno com a ascensão do número de crimes no Brasil tem colocado à temática no centro de debate da opinião pública e da arena política. No contexto contemporâneo, a violência no Brasil tem alcançado níveis alarmantes, tornando-se uma das principais preocupações da sociedade brasileira (CNI-IBOPE, 2018). Em 2017, os homicídios foram a principal causa de mortes entre jovens de 15 a 24 anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019). Esse é um fenômeno que se expandiu no Brasil, sobretudo, nas regiões setentrionais (FERREIRA *et. al.*, 2016; JUSTUS; KASSOUF, 2013; KAHN, 2013; NÓBREGA JR., 2016, 2017; SILVA, 2014a).

O estado da Bahia é um exemplo desse incremento da violência e criminalidade no cenário nacional. Considerando apenas o período recente, o estado registrou 37,2 mil vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)¹, o que representava um aumento médio de 3,9% ao ano (SSP-BA, 2019). Sendo que, desses casos, uma em cada quatro vítimas eram homens jovens de 15 a 24 anos e arma de fogo estava presente em 75,0% dos casos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019). Essa breve descrição revela a importância do estado no contexto dessa problemática no Brasil, justificando sua relevância na investigação empírica do fenômeno.

Nesse sentido, tem se ampliado o número de trabalhos que procuram a explicação para as causas da violência e criminalidade, dando destaque aos fatores socioeconômicos como determinantes desse mal social, fato recorrente na literatura em que diversas contribuições podem ser utilizadas na investigação dessa problemática. Contudo, vale destacar a Teoria Econômica do Crime e a Teoria da Desorganização Social, duas abordagens complementares e que utilizadas em conjunto possibilitariam a combinação de fatores subjetivos, relacionados à psique humana, e fatores objetivos, haja vista, considerar diferentes aspectos que influem sobre a ação humana (KELLY, 2000).

Na perspectiva empírica, o número de homicídios é a variável comumente associada à violência. O caráter de instabilidade social que o volume de homicídios pode resultar é uma das principais justificativas para investigar a violência a partir dessa variável. Aliado a isso, a maior disponibilidade de dados em um amplo horizonte temporal e com confiabilidade de informação. Contudo, existem divergências quanto à utilização dessa variável entre os estudos de natureza acadêmica e os trabalhos técnicos dentro do campo da segurança pública. Essa variação ocorre, sobretudo, devido à disponibilidade de dados que no primeiro caso são utilizados os registros de homicídio a partir das estatísticas vitais e no segundo os casos de CVLI, oriundos dos Boletins de Ocorrências (BO) dos registros das atividades policiais.

Do ponto de vista da compreensão da violência e criminalidade e as suas diversas formas de manifestação, os dados de CVLI (SENASP, 2006; ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2011) são os registros ideais, pois informam os aspectos relacionados à ocorrência do ato delituoso. Contudo, a indisponibilidade desses dados em diversas unidades da federação e a ausência de uma série histórica confiável direcionam os interessados a utilizar os registros de mortes por agressões (doravante homicídios) oriundas das Declarações de Óbito (BRASIL, 1973) (LIMA, BORGES, 2014). E é a partir dessas estatísticas que se constroem indicadores para mensurar os impactos da criminalidade e violência em um determinado espaço geográfico e para um período de tempo específico.

Diante desse exposto, a finalidade aqui não é apresentar a dimensão desse fenômeno

¹ Inclui os casos diversos casos de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e feminicídio (a partir de 2016).

ou a dinâmica temporal dos mais variados crimes que ocorreram no contexto brasileiro e baiano, mas apontar as principais causas que estão associadas a essa problemática a partir da associação com fatores sociais e econômicos explicativos. Parte-se do pressuposto que esse é um problema de grande relevância no Brasil contemporâneo impactando diretamente na manutenção da vida cotidiana.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é identificar quais os vetores socioeconômicos e estruturais estão mais associados com a manifestação da violência e criminalidade na Bahia. Para tanto, utilizou-se uma metodologia econométrica para dados em painel com base em dados de crimes diversos para os anos de 2015 a 2017 em todos os 417 municípios do estado e seus correlatos socioeconômicos. Destaca-se que um avanço do presente estudo é a utilização de informações recentes, haja vista boa parte dos trabalhos considerarem dados censitários, quando são extraídas informações mais aprofundadas em nível dos municípios.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em: seção 1, conceituação da violência e criminalidade e uma breve descrição das teorias Economia do Crime e Desorganização Social; seção 2, os aspectos metodológicos; na seção 3 são apresentados os resultados das estimações econométricas; e as considerações finais encerram o trabalho. Não obstante haja uma produção científica significativa que busque investigar a causalidade entre a violência e criminalidade e os vetores socioeconômicos, este trabalho visa ampliar as discussões sobre a temática, contribuindo com o maior entendimento dessa problemática no contexto nacional, colaborando na construção de alternativas para o combate deste fenômeno.

1. Violência e criminalidade: uma breve conceituação para análise empírica

Corriqueiramente se observam equívocos sobre as concepções entre violência e crimes. Enquanto que o primeiro envolve não somente a agressão física, mas todo tipo de ação em prejuízo a outrem, o segundo é a caracterização ou qualificação de um ato ilegal, estritamente relacionado ao descumprimento de uma medida legalmente instituída. Por criminalidade, entende-se como o fenômeno social da prática criminoso, expressa em aspectos qualitativos e quantitativos.

Contudo, diversos conceitos sobre violência podem ser indicados nas mais variadas áreas de investigação. Por se tratar de um problema social, que envolve dimensões relacionadas à saúde, ao desenvolvimento coletivo e à segurança pública, a diversidade de conceitos pode auxiliar na ampliação do entendimento sobre a problemática.

A Organização Mundial da Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2002, p. 5) definiu a violência como:

“uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”.

A violência como objeto de estudo não foi inserida inicialmente na área de pesquisa social. Antes o foco eram as causas da criminalidade, inseridas em matérias de direito penal e sociologia. A criminologia, então, emerge como estudo dos crimes e das suas causas. No âmbito das ciências sociais os estudos das causas da violência e da criminalidade seguem duas direções principais. A primeira considera a estrutura microsociológica, onde são privilegiadas as características individuais e as motivações que direcionam o sujeito para o mundo do crime. E a outra macrossociológica, que considera as variáveis processuais, estruturais e institucionais que incidem sobre a criminalidade e a violência (CANO, SOARES, 2002; CERQUEIRA, LOBÃO, 2003).

Nesse contexto, a relação entre a violência e a criminalidade e os aspectos socioeconômicos tornou-se uma questão relevante e tem sido objeto de estudo em diversos

trabalhos (BEATO, 1998; BEATO, REIS, 2000; BECKER, 1968; CERQUEIRA, 2010; CLEMENTE, WELTERS, 2007; COELHO, 1988; EHRlich, 1978; JUSTUS *et. al.* 2015; NÓBREGA JUNIOR, 2016, 2017; OLIVEIRA, 2016). No entanto, Kelly (2000) argumenta que na perspectiva social as teorias mais utilizadas e com alto poder de explicação dos fatores ligados à violência e o crime são a Teoria Econômica do Crime e a Teoria da Desorganização Social, pois cada uma tem um foco diferente de análise e caráter complementar na investigação das causas da violência e criminalidade.

O trabalho seminal de Gary Becker, *Crime and punishment: an economic approach* (1968), inaugurou um ramo de estudos posteriormente denominado de Economia do Crime ao desenvolver um modelo teórico a partir da abordagem da escolha racional que considera o indivíduo capaz de escolher entre atividades lícitas ou ilícitas. O modelo segue o paradigma utilitarista, tendo como pressuposto que pessoas agem sob o signo da racionalidade buscando obter, individualmente, a maior satisfação ou o maior ganho possíveis. Então, a partir de um cálculo estratégico, o indivíduo seria um ser racional tendo condições de escolher entre cometer um ato ilícito ou se envolver no mercado formal de trabalho, analisando as perdas e ganhos em ambos os contextos. Posteriormente, outros trabalhos acrescentaram à discussão econômica do crime como Ehrlich (1973), Block e Heineke (1975) e Tender (1999).

Por sua vez, a Teoria da Desorganização Social é um dos produtos desenvolvidos pela Escola de Chicago na investigação das causas da criminalidade e violência. Uma das principais contribuições teóricas dessa abordagem é derivada do trabalho de Clifford Shaw e Henry McKay: *Juvenile delinquency and urban areas* (1942). O estudo investiga a relação entre a desorganização social de comunidades e o processo de crescimento de grandes cidades. Os autores utilizaram um modelo de zonas concêntricas (PARK, BURGEES, 1925) para analisar a distribuição da delinquência juvenil explicando sua concentração nas áreas urbanas, a partir da análise de uma série histórica de mais de 30 anos de registros de crimes.

Shaw e McKay (1942) observaram que as áreas onde haviam problemas relacionados à infraestrutura urbana, baixo nível socioeconômico e elevada variação populacional, eram os locais onde as taxas de crimes e delinquência juvenil eram mais altas. Os autores chegaram à conclusão de que as comunidades mais violentas caracterizavam-se por aspectos que afetavam a interação social e a capacidade de organização comunitária. Sendo assim, a violência e a criminalidade seriam fenômenos desencadeados pela menor integração social nas comunidades devido à ausência de mecanismos de auto-regulação, que por sua vez são resultados do impacto de fatores estruturais nas interações sociais.

Nesse sentido, as estatísticas sobre violência e criminalidade, discutidas à luz das contribuições da sociologia e da criminologia, podem auxiliar na compreensão dos conflitos sociais e como estes são processados e administrados pelo Estado (LIMA, BORGES, 2014). Diversos crimes podem ser associados com o sentimento de instabilidade e insegurança que a violência provoca. Todavia, a maioria dos trabalhos empíricos utiliza o número de homicídios como medida associada ao nível de violência (GLOBAL BURDEN OF ARMED VIOLENCE, 2008, 2011; GOERTZEL, KHA, 2009; MONTROYA, PEDRAZA, 2009; NÓBREGA JUNIOR 2017, 2016; SIEGEL *et. al.*, 2013; SILVA, 2014b; JORGE, 2013; SOARES FILHO, 2011).

Diante desse exposto, o presente trabalho procura investigar a relação de fatores socioeconômicos e estruturais com a violência e a criminalidade no Estado da Bahia. Contudo, parte-se do pressuposto que as diversas faces de manifestação dessa problemática estão associadas a vetores diversos, o que significa dizer que as estruturas macrossociais tendem a impactar de maneira significativa para a ocorrência de crimes de natureza diversa.

Para tanto, este estudo desenvolveu cinco cenários em que são considerados os mais variados aspectos da violência e criminalidade a partir das variáveis a serem explicadas. Destaca-se que nesses cenários, o último refere-se a um grupo específico de municípios

elencados pelo Plano Estratégico de Segurança Pública (Planesp 2016-2025) do Estado da Bahia. Esses municípios tornaram-se foco das ações de combate a criminalidade por apresentarem historicamente índices de violência mais elevados, concentrando em torno de 70,0% dos casos de CVLI no estado entre os anos de 2012 e 2017. Sendo assim, configuram-se importantes recortes para análise empírica da criminalidade e violência no estado da Bahia. Por fim, a finalidade aqui é direcionar em quais áreas o poder público deve atentar para desenvolver políticas públicas mais eficientes de combate a esse problema social.

2. Aspectos metodológicos

A unidade de análise é o estado da Bahia com dados de crimes diversos, dados socioeconômicos e variáveis estruturais dos municípios baianos para os anos de 2015 a 2017. A seguir são apresentados os cinco cenários em que se consideram as variáveis dependentes como *proxys* do fenômeno estudado, bem como as referências utilizadas e as fontes de dados. A finalidade é analisar se existe alteração de padrão para ocorrência de crimes diversos.

Quadro 1 – Variáveis dependentes

Agrupamento	Conceito	Variável	Referência	Cenários	Fonte
Variáveis dependentes	Crimes Violentos Letais Intencionais	<i>Somatório do número de homicídios, latrocínios e lesões seguidas de mortes</i>	Senasp (2006); Despacho nº 30/2016/CGPES/DEPAID/SENASP; Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2011).	Cenário 1	SSP-BA
	Mortes por agressões	<i>Número de mortes por agressões</i>	DataSUS(2019); OMS (1995)	Cenário 2	DataSUS
	Crimes contra patrimônio	<i>Somatório do número de furtos e roubo de veículos</i>	Carrets <i>et. al.</i> (2018)	Cenário 3	SSP-BA
	Mortes por agressões homens jovens	<i>Número de mortes por agressões de homens de 15 a 24 anos</i>	Andrade; Lisboa (2002); Araújo Jr. (2002); Jorge (2013); Ferreira <i>et. al.</i> (2016); Silva (2018).	Cenário 4	DataSUS
	Crimes Violentos Letais Intencionais-Planesp 40 municípios	<i>Número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) nos 40 municípios prioritários do PLANESP 2016</i>	Planesp (2017)	Cenário 5	SSP-BA

Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, as variáveis explicativas foram selecionadas considerando três aspectos: 1) adequação às abordagens da Economia do Crime e Desorganização Social; 2) disponibilidade de dados a nível municipal; e 3) horizonte temporal recente. Um avanço na discussão aqui apresentada é a utilização de dados municipais que fogem à base do Censo Demográfico, haja vista, uma parte considerável dos trabalhos dessa natureza utilizar dados censitários, o que pode incorrer na ocultação de importantes nuances na geração da violência e criminalidade, considerando o último censo realizado em 2010.

Quadro 2 – Variáveis explicativas

Agrupamento	Variável	Conceito	Referência	Impacto esperado	
Variáveis explicativas	Educação	Atraso escolar	<i>Taxa de distorção idade-série (Fundamental)</i>	Cerqueira <i>et. al.</i> (2016)	(+)
			<i>Taxa de distorção idade-série (Ensino Médio)</i>	Cerqueira <i>et. al.</i> (2016)	(+)
		Desempenho escolar	<i>Nota Prova Brasil - Série Iniciais</i>	Cerqueira <i>et. al.</i> (2016)	(-)

			<i>Nota Prova Brasil - Séries Finais</i>	Cerqueira et. al. (2016)	(-)
	Abandono escolar		<i>Taxa de abandono (Fundamental)</i>	Cerqueira et. al. (2016)	(+)
			<i>Taxa de abandono (Ensino Médio)</i>	Cerqueira et. al. (2016)	(+)
	Qualificação profissional do professor		<i>Taxa de professores com formação adequada na área</i>	Cerqueira et. al. (2016)	(-)
			<i>Taxa de professores com pós-graduação</i>	-	(-)
			<i>Taxa de professores com formação continuada</i>	-	(-)
	Desorganização social	Densidade demográfica	<i>Razão da população em relação a área geográfica</i>	Caires (2017); Oliveira (2017); Silva (2018).	(+)
		Mães adolescentes	<i>Número de nascidos vivos por mães adolescentes de 10 a 19 anos</i>	Silva (2018)	(+)
	Econômicas	Consumo energia elétrica	<i>Número de economias faturadas de energia elétrica</i>	Cruz e Araújo (2012)	(+)
		Emprego formal	<i>Estoque de emprego formal</i>	-	(-)
		Rendimento médio	<i>Rendimento médio do emprego formal</i>	Araújo (2002); Silva (2014); Silva (2018)	(+)
	Catégoricas	Litoral	<i>Variável categórica que indica se o município está localizado no Litoral</i>	-	(+)
		Região Metropolitana	<i>Variável categórica que indica se o município está localizado na Região Metropolitana</i>	-	(+)

Fonte: Elaboração própria.

Foram consideradas dezesseis variáveis explicativas divididas em quatro dimensões: educação, desorganização social, econômicas e categóricas. Para o primeiro bloco, diversas expectativas teóricas (BUONANNO; LEONIDA, 2005; CERQUEIRA *et. al.*, 2016; DOS SANTOS, 2009; FREEMAN, 1991; HERRNSTEIN, WILSON, 1985) para o efeito virtuoso que a educação tem na redução da criminalidade e violência. No segundo agrupamento destacam-se variáveis associadas ao constructo da desorganização social, cujo objetivo é investigar a relação da desestruturação do tecido social para a manifestação de crimes diversos (CAIRES, 2017; OLIVEIRA, 2017; SILVA, 2018). Para o terceiro bloco foram consideradas variáveis relacionadas a uma maior disponibilidade de recursos para reprodução social, o que teria efeitos contraditórios a depender do contexto em que estejam inseridas (ARAÚJO, 2002; CRUZ, ARAÚJO, 2012; BECKER, 1968; EHRlich, 1978; SILVA, 2014; SILVA, 2018). E no último bloco, utilizaram-se variáveis categóricas que apontam aspectos, sobretudo, estruturais e locacionais (CAIRES, 2017) e que estariam ligados diretamente à manifestação da criminalidade.

No que se refere à metodologia estatística foram utilizados cinco modelos de regressão multivariada para dados em painel contendo dados dos municípios (unidades de análise) em coorte transversal e séries de tempo. Essa metodologia tem o objetivo de acompanhar uma mesma unidade ao longo do tempo e oferece importantes ganhos de informação devido ao emprego conjunto de informação temporal (séries temporais) e entre os grupos (*cross section*). A importância de problemas de correlação de variáveis omitidas é bem menor quando comparados com os problemas que surgem quando se estima apenas com base em séries temporais ou *cross-section* (HSIAO 1999). Por se tratar de dados sobre violência e criminalidade, a metodologia de dados em painel é mais adequada para o controle da heterogeneidade não observável existente (OLIVEIRA, 2016; HOLTZ-EAKIN, *et. al.* 1998), haja vista o fenômeno poder se manifestar de diferentes formas em contextos diversos associado a vetores que não são passíveis de mensuração.

Na construção dos modelos para as estimações econométricas, as variáveis foram transformadas em logaritmos (*log*), exceto que eram taxas e as variáveis categóricas. Como é padrão em estudos criminométricos, utilizam-se os *logs* de todas as variáveis para estimar as elasticidades (WOOLDRIDGE, 2010; CORNWELL, THUMBULL, 1994). Nesses casos, os coeficientes obtidos representam as elasticidades em relação à variável desse coeficiente, ou seja, o aumento de 1,0 p.p na referida variável resultaria no impacto do fenômeno apresentado pelo regressor.

Os modelos empíricos são apresentados a seguir:

Modelo 1: $\log(CVLI) = ABAND_FUND + ABAND_MED + CONTI_PROF + DENSI + DISTOR_FUND + DISTOR_MED + \log(REND) + FORM_PROF + \log(M_ADOLE) + POSGRAD_PROF + QUALI_SF_EDU + QUALI_SI_EDU + \log(EMP) + LITORAL + CIDADE$

Modelo 2: $\log(HOM) = ABAND_FUND + ABAND_MED + CONTI_PROF + DENSI + DISTOR_FUND + DISTOR_MED + \log(REND) + FORM_PROF + \log(M_ADOLE) + POSGRAD_PROF + QUALI_SF_EDU + QUALI_SI_EDU + \log(EMP) + LITORAL + CIDADE$

Modelo 3: $\log(CRIME_PAT) = ABAND_FUND + ABAND_MED + CONTI_PROF + DENSI + DISTOR_FUND + DISTOR_MED + \log(REND) + FORM_PROF + \log(M_ADOLE) + POSGRAD_PROF + QUALI_SF_EDU + QUALI_SI_EDU + \log(EMP) + LITORAL + CIDADE$

Modelo 4: $\log(HOM_JOV) = ABAND_MED + ABAND_SF + ABAND_SI + CONT_PROF + DISTOR_FUND_SF + DISTOR_FUND_SI + \log(EMP) + FORM_PROF + POSGRAD_PROF + \log(QUALI_EDU_SF) + \log(QUALI_EDU_SI) + \log(REND) + LITORAL + CIDADE$

Modelo 5: *Diversos*

Os dois primeiros modelos procuram investigar os padrões por trás das ocorrências de crime contra a vida (CVLI e homicídios) e apontar qual das duas *proxys* mais se adéqua para mensurar os efeitos da violência e criminalidade no contexto baiano. Por sua vez, no segundo são considerados os crimes de natureza patrimonial (roubo e furtos de veículos) e a relação destes com as variáveis explicativas. Objetiva-se investigar se há alguma alteração de padrão entre a ocorrência desses crimes em comparação aos crimes contra a vida. O quarto modelo procura explicações para as mortes por homicídios de homens jovens, considerando estes como os mais vulneráveis a morrer de forma violenta. Por fim, o quinto modelo analisa todas as questões anteriormente apontadas para os quarenta municípios prioritários Planesp 2016-2025.

Os modelos foram estimados em duas técnicas diferentes: Efeito Fixo e Efeito Aleatório. A estimação por Efeito Aleatório propõe diferentes termos de intercepto para cada observação e é comumente utilizada quando se está utilizando informações do universo. Por sua vez, a estimação em Efeitos Fixos é utilizada quando se tem uma amostra do universo. O software utilizado foi Eviews 8.0 para estimação dos modelos e o Microsoft Excel para estruturação das tabelas.

3. Resultados

Os resultados das estimações são apresentados a seguir. Para cada variável explicativa constam dois valores: acima o coeficiente de regressão – indica que dado o aumento de 1,0 p.p. da referida variável, qual seria o impacto no fenômeno; e abaixo o P- valor – aponta o nível de significância da relação entre a variável explicativa e a variável dependente. Variáveis estatisticamente significativas a um nível de 10,0% (P-valor menor que 0,1) foram destacadas das demais. E o sinal do regressor indica a relação da variável com o fenômeno: sinal negativo aponta relação inversa, enquanto que a ausência de sinal indica uma relação positiva.

Tabela 1 – Resultados das estimações dos Cenários 1 a 3

Variável		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	
Educação	Abandono escolar	Abandono escolar - Ensino Fundamental	0,0086 (0,4272)	0,0077 (0,5214)	-0,0098 (0,4815)
		Abandono escolar - Ensino Médio	0,0019 (0,6784)	0,0030 (0,5609)	-0,0006 (0,9172)
	Desempenho escolar	Qualidade da educação - Ensino Fundamental - Séries Iniciais	-0,0971 (0,0046)	-0,4944 (0,0659)	-0,0694 (0,0658)
		Qualidade da educação - Ensino Fundamental - Séries Finais	0,0392 (0,1638)	-0,2461 (0,2088)	-0,0086 (0,8072)
	Defasagem escolar	Distorção idade x série - Ensino Fundamental	0,0086 (0,0773)	0,0044 (0,4175)	0,0048 (0,4467)
		Distorção idade x série - Ensino Médio	0,0080 (0,0232)	0,0133 (0,0006)	-0,0011 (0,805)
	Qualificação profissional do professor	Formação continuada do professor	0,0026 (0,1732)	0,0023 (0,2830)	0,0017 (0,5014)
		Formação adequada do professor	0,0056 (0,1829)	0,0050 (0,2772)	0,0170 (0,0020)
		Professores com pós-graduação	0,0022 (0,3880)	0,0049 (0,0797)	0,0025 (0,4504)
	Desorganização social	Mães adolescentes	0,4863 (0,0000)	0,4463 (0,0000)	0,3694 (0,0000)
		Densidade demográfica	0,0000 (0,8416)	0,0001 (0,5838)	0,0003 (0,0262)
	Econômicas	Emprego formal	0,3159	0,2678	0,3421

		(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)
	Consumo energia elétrica	0,1526 (0,0136)	0,2390 (0,0005)	0,2777 (0,0003)
	Rendimento	0,0997 (0,3494)	0,1633 (0,1740)	0,2263 (0,0924)
Catégoricas	Cidade médio porte	0,3142 (0,0668)	0,3859 (0,0348)	0,5505 (0,0198)
		0,3551 (0,0009)	0,3749 (0,0010)	-0,3901 (0,0091)
	Litoral	-6,3933 (0,0000)	-7,0582 (0,0000)	-8,0008 (0,0000)
		Constante	1101	1045
Número de observações		0,5885	0,5725	0,4757
R²		1,9957	1,8646	1,8820
Durbin-Watson				

Fonte: Elaboração própria.

É apresentado também o coeficiente de determinação para cada modelo estimado, apontado pelo valor de R^2 . Trata-se de uma medida de ajustamento do modelo de regressão que varia entre 0 (zero) e 1 (um) e indica, em termos percentuais, o quanto o modelo consegue explicar dos valores observados. Em alguns cenários apresentados, os números de observações reduziram-se, fato que ocorreu devido a transformação em *log* da variável dependente, excluindo do domínio os casos iguais a zero.

E por fim a estatística *d* de Durbin-Watson que é utilizada para detectar a presença de auto-correlação nos resíduos de uma análise de regressão (GUJARATI, 2000). Antes das estimações, realizou-se uma análise de correlação com o objetivo de identificar quais variáveis independentes estavam mais fortemente relacionadas, o que poderia resultar em problemas de multicolinearidade, impossibilitando que os regressores fossem estimados com grande precisão ou exatidão. A seguir são apresentadas as análises dos cenários.

Cenário 1: Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)

Conforme os resultados apresentados para o Cenário 1, pouco mais de metade das variáveis explicativas mostraram-se relevantes para explicar a ocorrência de CVLIs na Bahia de 2015 a 2017. Contudo, importantes vetores, sobretudo na dimensão educação, não apresentaram qualquer associação com a ocorrência desses crimes. Inicialmente, observa-se que o abandono escolar não é um fator relevante para explicar a ocorrência de CVLI, contradizendo expectativas teóricas (CERQUEIRA *et. al*, 2016). Por sua vez, no vetor qualidade da educação apenas a variável que capta o desempenho das Séries Iniciais apresentou associação com o fenômeno: o aumento de 1,0% nessa variável reduziria 0,10% nos casos de CVLI. Destaca-se que esse nível escolar engloba as crianças de 6 a 10 anos, grupo social que não compõe as principais vítimas de mortes violentas. E o bom desempenho dos alunos nessa faixa etária pode estar mais relacionado à estrutura familiar e a influência dos pais (especialmente o nível de formação da mãe) do que a qualidade do ensino ofertado (MENEZES-FILHO, 2007; BARROS *et al.*, 2001; BARROS; MENDONÇA, 1996; SOUZA, 1979).

Ainda na dimensão educação, ambas as variáveis que captam o nível de defasagem escolar apresentaram relação positiva: o aumento do número de crianças e adolescentes matriculados em um nível escolar e com uma idade superior a faixa etária recomendada, resultaria no incremento de casos de CVLI. Não obstante seja uma relação positiva, este não era um vetor com importância significativa na prevenção da violência e criminalidade no contexto baiano.

Surpreendentemente os resultados apontam que o aperfeiçoamento docente não tem relação com a ocorrência de CVLIs. No entanto, diversas proposições de políticas públicas argumentam em favor da qualificação dos professores por pressupor uma melhora direta na qualidade do serviço ofertado. Porém isso não significa que este seja um vetor dispensável, mas pode indicar que os fatores importantes como a didática, esforço e preparação do professor não foram observados (MENEZES-FILHO, 2007; HANUSKEK, RIVKIN, 2006).

Na dimensão desorganização social o número de mães adolescentes foi o vetor que apresentou maior associação com o fenômeno: o aumento de 1,0% impactaria no crescimento de 0,49% dos casos de CVLI. Estudos apontam que esse é um fator relacionado a diversos elementos que caracterizam ambientes socialmente desorganizados, tais como baixo nível socioeconômico, consumo de álcool e drogas, início precoce de relações sexuais e o não uso, ou uso inadequado, de métodos contraceptivos (DE FARIAS & OJEDA OCAMPO MORÉ, 2012; LEVANDOWSKI. *et. al.*, 2008).

Por sua vez, esperava-se que a densidade demográfica tivesse relação positiva com os casos de CVLI. No entanto, os resultados apontam que essa variável não é relevante para explicar a violência e criminalidade no estado. A esse respeito duas hipóteses podem ser formuladas: os casos de CVLI na Bahia não têm associação com o fato de o município ser densamente povoados ocorrendo eventos dessa natureza em unidades com estruturas urbanas menos desenvolvidas; ou pode indicar problemas de endogeneidade. A densidade demográfica é calculada a partir de estimativas populacionais, que podem variar consideravelmente em municípios pequenos à medida que o período referenciado se distancia do último Censo Demográfico realizado.

Na dimensão econômica, apenas o rendimento médio não apresentou associação com o fenômeno. O fato do rendimento médio não apresentar relação com a ocorrência de CVLI na Bahia, pode apontar problemas na utilização dessa variável, haja vista, em municípios pequenos, onde as oportunidades são menores, a geração renda pode não estar associada exclusivamente ao emprego formal. Ademais, a variável utilizada também pode não representar um comportamento médio por desconsiderar a variabilidade interna das pequenas unidades municipais.

Já o aumento de 1,0% no emprego formal resultaria no incremento de 0,32% nos casos de CVLI e para o consumo de energia elétrica os resultados indicam que o crescimento desse vetor resultaria em 0,15% no incremento do fenômeno. Esse último resultado supõe que o consumo de energia elétrica seria uma *proxy* alternativa para mensurar o nível de consumo de uma determinada unidade na indisponibilidade de outras variáveis comumente utilizadas.

E para as variáveis categóricas, os resultados apresentaram relação positiva de ambas com o fenômeno analisado. Isso indica que o fato do município estar localizado no litoral ou ser de médio porte, tem maior propensão na ocorrência de casos de CVLI. Esses resultados são interessantes, pois contradizem o observado, em partes, para a densidade demográfica. Sendo assim, os principais achados para as variáveis de natureza categórica apontam claramente para aspectos locais na manifestação de crimes contra a vida que devem ser investigados com maior propriedade.

A violência e criminalidade na Bahia, tendo os casos de CVLI como uma *proxy* desses fenômenos, foram analisados a partir da associação de 16 variáveis explicativas que conseguiram explicar, aproximadamente, 59,0% dos casos de CVLI no estado de 2015 a

2017. As demais características que teriam relação com o fenômeno estariam entre os fatores não observados nesse cenário. Entre esses fatores é possível destacar a cultura criminosa que está associada, sobretudo, a disputa entre grupos rivais no âmbito do comércio de drogas ilícitas e tráfico de armas, e a persistência do clima de instabilidade que tem impacto em regiões, cidades ou bairros estigmatizados por altos índices de violência de outrora, resultando em perdas materiais, como falta de investimentos públicos e privados e desvalorização econômica de imóveis e serviços localizados nesses territórios.

Cenário 2: Homicídios (estatísticas vitais)

Conforme observado para o Cenário 2 os principais resultados são similares aos encontrados no primeiro cenário. Esses resultados se devem as motivações sociais próximas na ocorrência dos homicídios e de CVLI, diferindo apenas na forma como são aferidos. O desempenho educacional das séries iniciais e a defasagem escolar para o Ensino Médio permaneceram entre os fatores associados ao fenômeno. Vale destacar que o aumento de 1,0% no primeiro impactaria na redução de 0,5% dos homicídios, o vetor com maior associação.

O mesmo incremento de 1,0% na taxa de defasagem escolar para o Ensino Médio elevaria em 0,01% as mortes por homicídios, um impacto reduzido em comparação a primeira variável. A manutenção desse vetor no segundo cenário pode ter relação com o fato da idade de 15 anos ser um limite na ocorrência de homicídios, em que se observa um crescimento do número de vítimas, sobretudo do gênero masculino. Sendo assim, o aumento da distorção idade-série dos alunos no Ensino Médio tem associação direta com a ocorrência de crimes contra vida. Contudo, a variável que capta a qualificação dos professores com cursos de pós-graduação mostrou-se significativa para explicar os casos de homicídios, porém com relação contrária da esperada, o que pode indicar que essa variável não teria consistência para explicar crimes contra a vida.

Na dimensão seguinte, o número de mães adolescentes repetiu-se como um dos vetores de maior associação. Esse resultado põe em destaque o nível de estruturação social ressaltando a importância das normas invisíveis como reguladores dos comportamentos desviantes. No entanto, outros vetores devem ser acrescentados a análises posteriores para um maior aprofundamento dos principais determinantes da violência e criminalidade dentro do quadro da desorganização social. E repetindo o resultado do primeiro cenário, não se observou relação da urbanização com a ocorrência de homicídios.

No bloco de vetores econômicos, os resultados também estão em conformidade aos achados no primeiro cenário. O emprego formal destacou-se entre os demais vetores: o aumento da formalização impacta positivamente na ocorrência de homicídios; o que indica que a oportunidade de formalização no mercado de trabalho não teria efeitos dissuasórios na criminalidade (BECKER, 1968; EHRLICH, 1973; BLOCK e HEINEKE, 1975), mas funcionaria como um gatilho para o cometimento de diversos crimes, haja vista que, depois de formalizado o indivíduo estaria apto para um maior nível de consumo graças a manutenção de uma renda mensal. E esse rendimento tanto pode ser canalizado para aquisição de bens e lazer, bem como, para o consumo de itens ilegais. Contudo, não se deve considerar o emprego formal como uma causa em si da criminalidade em detrimento de outros fatores, sem uma análise estrutural da problemática. Sendo assim, as variáveis de caráter econômico podem ter um efeito duplo sobre os crimes contra a vida. Em ambientes socialmente desorganizados, um incremento rápido desses fatores pode resultar no incremento de crimes contra o patrimônio, como furtos e roubos e, conseqüentemente, na elevação do número de homicídios (HEUNI, 2012; BEATO, 1998; WILSON E HERRESTEIN, 1985; GOLDEINSTEIN, 1985; COHEN E FELSON, 1979).

Por sua vez, o consumo de energia elétrica apresentou relação positiva com o fenômeno: o aumento de 1,0% nesse vetor teria como resultado o incremento de 0,24% no

número de homicídios. Novamente não se observou associação do rendimento médio com o fenômeno estudado. E repetindo o observado no primeiro cenário, as variáveis categóricas mantiveram a mesma relação com a violência e criminalidade, o que sugere que a ocorrência de homicídios na Bahia tem relação com o fato do município ser litorâneo ou de médio porte.

A violência e criminalidade na Bahia, tendo os homicídios como uma *proxy* desses fenômenos, foram analisados a partir da associação de 16 variáveis explicativas, que conseguiram explicar, aproximadamente, 57,2% dos casos de homicídios no estado de 2015 a 2017. Os principais achados no Cenário 2 estão em conformidade com o que foi observado no primeiro cenário. Por fim, comparando os resultados dos cenários anteriores, observa-se que no primeiro as variáveis independentes tinham maior capacidade de explicação. Essa observação pode apontar para os registros de CVLI como medida mais adequada para mensurar a violência e criminalidade.

Cenário 3: Crimes contra o patrimônio

Analisando os resultados das estimações para o Cenário 3 destaca-se um padrão diverso, o que pode estar associado à natureza diversa dos crimes contra o patrimônio (BEATO, 1998; WILSON, HERRESTEIN, 1985). Na dimensão educação, novamente o desempenho da educação básica das séries iniciais e agora a formação adequada dos professores, destacaram-se entre as demais. Não obstante o regressor tenha apresentado um impacto reduzido, vale ressaltar que essa variável destacou-se nos cenários anteriores, o que pode denotar um importante componente para combate da violência e criminalidade. Para a segunda variável, o impacto também era reduzido e com sinal contrário do esperado. As demais variáveis de educação não tinham qualquer relação com a ocorrência de crimes patrimoniais.

Por sua vez, as outras três dimensões apresentaram associação de todos os vetores com o fenômeno. Em todos os casos essa associação era positiva, exceto para a variável que indica o município localizado no litoral. No primeiro grupo, o número de mães adolescentes foi a variável que apresentou o melhor resultado: o aumento de 1,0% nesse vetor acarretaria no incremento de 0,37% dos casos de crimes patrimoniais. Por sua vez, a densidade demográfica, que nos modelos anteriores não apresentou relação com o fenômeno estudado, no caso de crimes patrimoniais indicou um nível de associação.

Ao comparar os achados dos primeiros cenários com os resultados do Cenário 3 observa-se uma mudança de padrão. A ocorrência de crimes patrimoniais não teria, na melhor das hipóteses, nenhuma relação com aspectos educacionais, o que pode indicar que os delitos dessa natureza seriam cometidos por indivíduos que estão fora do círculo de influência da educação básica. A inexistência da relação entre variáveis de educação e a ocorrência de crimes patrimoniais já foi identificada por outros trabalhos (DE ARAÚJO JR., FAJNZYLBBER, 2000).

Por sua vez, no grupo de variáveis econômicas, os três vetores apresentaram associação positiva. Para o emprego formal o aumento de 1,0% nesse vetor resultaria no incremento de 0,34% dos crimes contra o patrimônio. No caso do consumo de energia elétrica e do rendimento médio, esse impacto seria de, respectivamente, 0,28% e 0,23%. Destaca-se, novamente o baixo nível dos regressores, não sendo possível identificar a proeminência de nenhum fator. E para o último grupo, o fato de o município estar localizado no litoral apresentou resultado contrário do esperado. E o município de médio porte tinha maior predisposição na ocorrência de crimes patrimoniais. Esses tendem a ser mais densamente povoados e urbanizados, graças, a exemplo, de maiores e melhores ofertas de emprego e renda que funcionam como um atrativo para novos habitantes afetando diretamente na heterogeneidade social.

Esses resultados estão em conformidade ao que foi apontado por Felson (1997) e Cerqueira e Lobão (2003), de que a estrutura das cidades tem influência na propagação da violência e da criminalidade. E o corolário desse processo é um padrão de crimes que surge com o crescimento dos ambientes urbanos, onde ofensores em potencial, ocultos na multidão, que atacam, e então, se escondem para evitar serem presos. Sendo assim, atividades ilegais como consumo e comércio de drogas e bens furtados, e de igual forma, disputas entre grupos adversários, podem sobreviver com maior facilidade em um ambiente urbano.

A capacidade explicativa no Cenário3 foi de, aproximadamente, 47,6% dos casos dos crimes patrimoniais. Enquanto que nos cenários anteriores, esse indicador ficou em torno de 60,0%, para os crimes patrimoniais a capacidade explicativa reduziu-se para pouco menos de 50,0%, o que indica que outros vetores devem ser considerados para explicar a ocorrência de crimes dessa natureza. Essa alteração pode favorecer fatores relacionados, sobretudo, as estruturas urbanas em detrimento de outros vetores dentro dos espectros dos comportamentos sociais, como a exemplo, número de imóveis abandonados, ocorrências policiais por excesso de barulho, postes de iluminação pública danificados.

Cenário 4: Homicídios de homens jovens

Os resultados encontrados no Cenário 4 divergem dos observados anteriormente, inclusive para o segundo em que a variável dependente é o número de homicídios, de onde são derivadas as mortes por agressão de homens jovens. A primeira observação é que a dimensão educação assume um papel preponderante. Essa primeira constatação indica que embora não seja significativa para explicação de crimes contra o patrimônio e contra a vida, a educação é um componente essencial no combate aos homicídios de homens jovens.

No primeiro vetor, destaca-se o abandono escolar no Ensino Médio, único com significância para explicação desses crimes. Isso indica que o fato do adolescente abandonar a escola tem relação direta com o incremento o fenômeno. Esse resultado é contrário do observado nos cenários anteriores evidenciando um padrão diferenciado, mesmo que de natureza similar quando se destaca o grupo social mais vulnerável a morrer de forma violenta. Sendo assim, a manutenção do adolescente no ambiente escolar é uma ação que deve ser analisada em especial.

Por sua vez, no que concerne ao desempenho escolar observa-se também uma mudança de padrão dos quadros anteriores. Enquanto que nos cenários 1 a 3 a qualidade da educação das séries iniciais mostrou-se consistente para explicação de crimes diversos, neste cenário apenas o desempenho dos alunos das séries finais do ensino fundamental (que engloba a faixa etária de 11 a 14 anos) apresentou relação com o fenômeno. A melhora da qualidade na educação para o grupo de pré-adolescentes tem impacto na redução dos homicídios de homens jovens. Trata-se de um elemento com maior espaço para atuação do poder público com foco na melhoria da qualidade do serviço ofertado, objetivando manter esse grupo social no ambiente escolar. Contudo, torna-se importante avaliar com maior propriedade outros vetores associados a esse componente, sobretudo no Ensino Médio.

Para as variáveis que analisam a distorção escolar, todas eram significativas para explicar os homicídios de homens jovens. Contudo, nem todos os sinais confirmaram as expectativas por trás dessas variáveis. Esperava-se que o aumento da defasagem escolar teria relação positiva com o fenômeno, o que não se observou para a variável de Séries Finais do Ensino Fundamental. No entanto, as distorções idade-série para os anos iniciais e o Ensino Médio apresentaram resultados satisfatórios, indicando que o aumento de crianças e adolescentes matriculados em um nível escolar e com idade além do recomendado, refletiria em um incremento do fenômeno. Novamente, o componente associado ao Ensino Médio demonstrou relação positiva com a ocorrência de homicídios de homens jovens. Portanto, propostas para elaboração de políticas públicas de combate a violência devem considerar a

atração e permanência dos adolescentes no ambiente escolar como elementos primordiais para alcançar os efeitos desejados.

No grupo de variáveis que representam a qualificação docente, todas apresentaram relação inversa da esperada. Isso significa que o aperfeiçoamento do professor impactava positivamente no aumento da violência contra jovens do gênero masculino. Acrescenta-se que o impacto desses vetores era reduzido. Não sendo possível afirmar que esse vetor teria consistência para a explicação de homicídios de jovens. Outros elementos educacionais como oferta de vagas em tempo integral, estrutura e o ambiente da escola, bem como a existência de atividades complementares, devem ser considerados em análises futuras como fundamentais para aumentar a atratividade e permanência dos adolescentes no ambiente escolar.

Entre as variáveis econômicas tanto o emprego formal quanto o rendimento médio tinham relação positiva com o fenômeno. Esses resultados apontam para uma direção contrária do que a teoria fundamenta (FLEISCHER, 1963; 1966; BECKER, 1968), que esses elementos teriam um efeito dissuasório na criminalidade.

Sendo assim, no contexto baiano, a oferta de trabalhos e ganho salarial não seriam mecanismos com efeitos imediatos para reduzir o número de homicídios de homens jovens. Contudo, sobre essa observação deve-se considerar um aspecto importante. Boa parte das mortes de homens jovens pode estar relacionada às diversas disputas entre facções criminosas para controle do comércio de drogas ilícitas. E a falta de credibilidade no poder público devido à ausência de ações sociais e a precariedade das estruturas dos serviços públicos, pode fazer que uma grande parte desses jovens deixe de acreditar no estado como solucionador de suas demandas pessoais. Automaticamente, os mecanismos convencionais para atratividade do jovem, como oportunidades de empregos e aumento de renda, deixariam de ser interessantes para esse grupo social, pois não mais acreditariam que a sociedade teria capacidade de recuperá-los do mundo do crime.

Por fim, a variável que indica os municípios de médio porte apresentou resultados satisfatórios, o vetor com maior nível de associação, o que pode indicar a estrutura urbana, sobretudo a rua, como espaço para sociabilização desse grupo social, assim como um espaço para iniciação de comportamentos desviantes (PIMENTA, 2014).

As mortes de homens jovens na Bahia foram analisadas a partir da associação de 14 variáveis explicativas. Com o objetivo de responder se a melhora de componentes educacionais e o aumento de oportunidades de trabalho para esse grupo social teriam efeito positivo na redução da delinquência juvenil, foram utilizadas apenas variáveis explicativas que teriam relação direta com esse grupo social. Entre esses vetores, a maioria apresentou associação com o fenômeno e conseguiu explicar, aproximadamente, 51,0% dos casos de homicídios de homens jovens na Bahia de 2015 a 2017.

Cenário 5: 40 municípios prioritários do Planesp 2016-2025

A estimação para os 40 municípios prioritários apresentou alterações consideráveis quando comparados os resultados com os seus modelos correlatos. Essas alterações indicam que os contextos socioeconômicos têm grande influência na geração da violência e criminalidade. O que aponta para diferentes tipos de ações na prevenção e combate desse problema social que devem variar de acordo com o nível de estrutura social e econômica do município, região, estado e país (COHEN, FELSON, 1979; BEATO, 1998).

Na estimação tendo os casos de CVLI como variável dependente, observou-se que nove variáveis apresentaram associação com o fenômeno. Porém, algumas com relação contrária do observado no primeiro cenário. Na dimensão educação, o abandono escolar novamente não se mostrou significativo. Por sua vez, a qualidade da educação das séries finais apresentou resultados consistentes. Esse mesmo comportamento não foi observado para a qualidade da educação das séries iniciais, que manteve a associação, porém contrária da

observada anteriormente. Essa observação pode indicar que ações públicas para a educação devem variar conforme o nível de estrutura do município onde a escola esteja inserida.

Ainda na dimensão educação, a defasagem escolar das séries finais apresentou resultados esperados, porém com baixo impacto. E a qualificação docente teve resultados contraditórios para as três variáveis observadas, não sendo possível concluir que esse vetor tem relação com a ocorrência de CVLI nos 40 municípios prioritários.

Nas demais dimensões, o número de mães adolescentes destacou-se dentre as demais, ressaltando novamente o constructo da desorganização social que deve ser investigado com maior propriedade a partir de outros fatores. O emprego formal (0,3275) e rendimento médio (0,4095) mostraram-se significativos para explicar a violência e criminalidade entre os 40 municípios prioritários. Por sua vez, o fato do município ser de grande porte mostrou-se significativo, fato não observado para o município litorâneo.

Na segunda análise quando a variável observada é o número de homicídios, observa-se outra variação tanto para o Cenário 2, quanto para a primeira análise do quinto cenário. Apenas cinco variáveis foram significativas estatisticamente. E dentre essas, apenas o número de mães adolescentes e a qualidade da educação das séries finais mostraram-se consistentes estatisticamente. Vale destacar o elevado nível de associação dessa primeira variável, com valor de regressor de 1,4220, indicando que o aumento de 1,0% desse vetor resultaria no incremento de 1,42% dos homicídios nos municípios prioritários.

Comparando a capacidade de explicação das duas primeiras análises, destaca-se que no caso do CVLI as variáveis conseguiram explicar 90,9% dos casos, enquanto que na segunda esse poder explanatório foi de 71,2% dos homicídios. Novamente o registro de CVLI mostrou-se mais adequado para mensurar a criminalidade e violência no contexto baiano.

Na terceira estimação, observa-se outra mudança dos padrões para ocorrência de crimes. Contudo, essa alteração está em conformidade com observado para o Cenário 3: a educação não apresentou resultados significativos para explicar os crimes patrimoniais. Novamente destaca-se que a falta de associação das variáveis dessa dimensão com os crimes contra o patrimônio pode indicar que estes têm sido efetuados, preferencialmente, por indivíduos que estão fora da influência do ambiente escolar. Surpreendentemente o número de mães adolescentes não se mostrou significativo para explicar a ocorrência de crimes patrimoniais que ocorreram nos municípios prioritários. Por sua vez, o rendimento médio e o emprego formal sustentaram a mesma relação observada na estimação anterior. Destaca-se que ambas tinham um elevado nível de associação para a ocorrência de crimes de motivação econômica.

Por sua vez, as variáveis categóricas mostraram-se incoerentes para explicar crimes dessa natureza nos municípios considerados prioritários. Os resultados apontam que a ocorrência desses crimes não tem relação com o fato de o município ser de médio porte, porém teria relação com o município estar localizado no litoral. Esses resultados foram totalmente contrários do observado no Cenário 3.

Por sua vez, a última análise considera o número de homicídios de homens jovens como variável a ser explicada. A principal observação é que ocorre uma mudança substancial entre esses resultados e os observados no Cenário 4. Do total de 14 variáveis explicativas, apenas quatro apresentaram associação com o fenômeno. E na dimensão educação apenas uma estatisticamente significativa: qualidade da educação das séries finais. Na dimensão econômica, o emprego formal novamente destaca-se entre as demais variáveis. Os resultados dessa relação apontam para uma relação contrária da esperada, reforçando que a oferta de emprego e o aumento de renda para o grupo de homens jovens de 15 a 24 nos municípios prioritários anos não resultaria em uma redução imediata das mortes por homicídios desse grupo social.

Nessa última estimação, a principal observação aponta para a qualidade da educação básica que na análise do fenômeno em todo estado o vetor das séries iniciais sustentou-se como preponderante para explicação de crimes diversos, e já no caso dos municípios prioritários esse vetor não se destacou, cedendo lugar para as séries finais como elemento chave, certamente pelo fato de muitos pais já estarem dedicados a diversas atividades externas refletindo em um menor tempo para acompanhamento dos filhos, sendo o fator de maior preponderância para explicar os crimes diversos entre os municípios prioritários. Nesse caso, pode indicar que os efeitos da qualidade da educação ofertada tem sido efetiva para manter crianças mais na escola e com melhores desempenhos, resultando em uma redução dos casos de, sobretudo, crimes contra a vida.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou identificar os fatores socioeconômicos e estruturais com maior associação à manifestação da violência e criminalidade no estado da Bahia. Contudo, não é possível apontar um único fator preponderante na ocorrência da violência e criminalidade no estado, o que confirma o caráter polissêmico do fenômeno. Destaca-se, também, que políticas de prevenção e combate à violência e criminalidade devem variar conforme o contexto socioeconômico do município.

Os principais achados para os municípios baianos expressam os efeitos de diferentes variáveis sobre a violência e criminalidade. Esses resultados apontam mais para ações de prevenção do que de combate direto. Sendo assim, propostas de políticas, programas e ações preventivas contra a violência e criminalidade devem privilegiar o campo social focalizadas nos bairros e comunidades mais vulneráveis socioeconomicamente e onde se encontram as maiores incidências de crimes. Entre as principais justificativas para essa ação focalizada, destacasse a precariedade das estruturas dos serviços públicos.

Por fim, o incremento da violência e criminalidade na Bahia pode ser explicado por fatores relacionados, sobretudo, ao nível de organização da estrutura social nos grandes centros urbanos, os quais não têm capacidade suficiente para atender as demandas sociais, resultando em ambientes socialmente instáveis, a partir da quebra dos laços inextricáveis de redes sistêmicas que inibiam o comportamento desviante. No entanto, na atualidade, os atos criminosos não se restringem a esses centros e ao longo do tempo vem se espalhando por todo o território baiano, mas se concentrando em duas zonas: a região metropolitana de Salvador e o sul do estado.

Referências

- ADORNO, Sérgio. Democracy in progress in contemporary Brazil: corruption, organized crime, violence and new paths to the rule of law. *International Journal of Criminology and Sociology*. v. 2. p. 409-425. 2013.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ano 11. 2017.
- ARAÚJO JR., Ari Francisco. Raízes Econômicas da criminalidade violenta no Brasil: um estudo usando microdados e pseudopainel – 1981/1986. *Revista de Economia e Administração*. v. 1, n. 3. p. 1-34. 2002.
- BEATO, F.; Claudio C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 13, n. 37, p.74-87, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. 168 p.
- BRASIL. Casa Civil. Lei nº 6.015: Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Brasília, 1973.
- BUONANNO, Paolo; LEONIDA, Leone. Criminal activity and education: evidence from Italian Regions. 2005.
- CERQUEIRA, Daniel et al. Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. 2016.
- CNI-IBOPE, PESQUISA. Retratos da Sociedade Brasileira: segurança pública. Brasília: CNI, 2018.
- DE ARAÚJO JR, Ari Francisco; FAJNZYLBBER, Pablo. Crime e Economia: um estudo das microrregiões mineiras. 2000.